JNT FACIT BUSINESS AND TECHNOLOGY JOURNAL
ISSN: 2526-4281 - ANO 2026 - MÊS DE AGOSTO
Ed. 76. Vol. 2 - Págs. 138-148
DOI: 10.5281/zenodo.21979482

CAPES

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

QUALIS A2

INCLUSÃO EDUCACIONAL: PLANOS DE AÇÃO PARA ALUNOS NEURODIVERGENTES EM ARAGUAÍNA-TO[1]

EDUCATIONAL INCLUSION: ACTION PLANS FOR NEURODIVERGENT STUDENTS IN ARAGUAÍNA-TO

Carlos Augusto Junior Alencar MARTINS
Afya Centro Universitário UNITPAC
E-mail: junior_alencar07@outlook.com
ORCID: http://orcid.org/0009-0006-8415-6951

Euler Pereira SILVA
Afya Centro Universitário UNITPAC
E-mail: eulerp8@gmail.com
ORCID: http://orcid.org/0000-0002-5639-7145

Enzo Felipe Chermont Soranso PEREIRA
Afya Centro Universitário UNITPAC
E-mail: lipychermont@gmail.com
ORCID: http://orcid.org/0009-0008-2337-5143

Gabriel Vasconcelos Alves dos SANTOS
Afya Centro Universitário UNITPAC
E-mail: gabrielalves250603@gmail.com
ORCID: http://orcid.org/0009-0006-2102-2577

Maria Clara Sampaio DALL´AGNOL
Afya Centro Universitário UNITPAC
E-mail: mariaclaradallagnol20@gmail.com
ORCID: http://orcid.org/0009-0007-9646-5783

Maria Eduarda Dias CARNEIRO
Afya Centro Universitário UNITPAC
E-mail: mediascarneiro@gmail.com
ORCID: http://orcid.org/0009-0003-8153-1857

Mário de Sousa Lima e SILVA
Afya Centro Universitário UNITPAC
E-mail: mariobioufg@gmail.com
ORCID: http://orcid.org/0000-0003-3500-6018

RESUMO

Este artigo avalia como as escolas incluem crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade

[1] COMO CITAR: (ABNT): MARTINS, C. A. J. A.; SILVA, E. P.; PEREIRA, E. F. C. S.; SANTOS, G. V. A.; DALL'AGNOL, M. C. S.; CARNEIRO, M. E. D.; SILVA, M. S. L. Inclusão Educacional: Planos de Ação para Alunos Neurodivergentes em Araguaína -TO. **JNT Facit Business and Technology Journal.** Qualis A2. ISSN: 2526-4281, Mês de Agosto de 2026 - Ed. 76. VOL. 02. Págs. 138-148. Disponível: http://revistas.faculdadefacit.edu.br. Acesso em: ___/___/___.

(TDAH) em Araguaína - TO. Com o crescente número de crianças matriculadas com diagnóstico de TEA e os muitos desafios no desenvolvimento de métodos eficazes de ensino para esses alunos, o objetivo deste estudo foi documentar as estratégias de apoio de sete escolas diferentes que desenvolveram práticas inclusivas para educar alunos com deficiência. Esta pesquisa foi conduzida utilizando medidas qualitativas e quantitativas por meio de um levantamento realizado entre 2025 e 2026, com questionários estruturados, entrevistas com administradores e observação direta das instalações físicas das escolas. A pesquisa avaliou o sucesso do uso do Plano Educacional Individualizado (PEI) e a adoção de adaptações curriculares para crianças com necessidades especiais. Embora todas as escolas avaliadas possuíssem uma política escrita de PEI, houve diferenças na forma como as políticas foram implementadas na prática. A promoção da autonomia e da socialização é mais eficaz em unidades federais e do Sistema S do que em níveis estaduais ou municipais, devido a diversas barreiras operacionais, incluindo a proporção de alunos por turma e a rotatividade de mediadores especializados. A inclusão é garantida por lei em cada região, mas não possui sustentabilidade operacional, nem oferece suporte ao desenvolvimento profissional contínuo dos professores em gestão comportamental. As informações desta pesquisa podem auxiliar no desenvolvimento de políticas públicas para aprimorar a mediação entre as escolas e a oferta de Serviços Educacionais Especializados (SEE).

Palavras-chave: Educação Inclusiva. PEI. Neurodiversidade. Práticas Pedagógicas. Araguaína.

ABSTRACT

This article evaluates how schools include children diagnosed with Autism Spectrum Disorder (ASD) or Attention Deficit Hyperactivity Disorder (ADHD) in Araguaína - TO. With the growing number of children enrolled with an ASD diagnosis and the many challenges in developing effective teaching methods for these students, the objective of this study was to document the support strategies of seven different schools that developed inclusive practices to educate students with disabilities. This research was conducted using qualitative and quantitative measures through a survey conducted between 2025 and 2026, with structured questionnaires, interviews with administrators, and direct observation of the physical facilities of the schools. The research evaluated the success of using the Individualized Educational Plan (IEP) and adopting curricular adaptations for children with special needs. Although all

evaluated schools had a written IEP policy, there were differences in how the policies were implemented in practice. The promotion of autonomy and socialization is more effective in federal and S System units than at state or municipal levels, due to several operational barriers, including the student-to-class ratio and the turnover of specialized mediators. Inclusion is guaranteed by law in each region, but lacks operational sustaintability, nor does it offer support for the continuous professional development of teachers in behavioral management. The information from this research can assist in the development of public policies to improve mediation between schools and the provision of Specialized Educational Services (SES).

Keywords: Inclusive Education. IEP. Neurodiversity. Pedagogical Practices. Araguaína.

INTRODUÇÃO

Em primeiro lugar, a educação inclusiva constitui um dos principais desafios do sistema educacional contemporâneo, especialmente no contexto brasileiro, onde a legislação busca garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os estudantes, independentemente de suas condições cognitivas ou comportamentais. De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, é dever das instituições de ensino oferecer suporte pedagógico adequado e promover adaptações educacionais que assegurem a equidade no processo de ensino-aprendizagem (Brasil, 2021). No entanto, apesar desse respaldo legal, a implementação dessas diretrizes ainda enfrenta entraves relacionados à formação docente, à estrutura institucional e à necessidade de adaptação curricular para atender estudantes com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras alterações cognitivas e/ou relacionais.

Além disso, estudos recentes indicam que metodologias ativas, estratégias pedagógicas diferenciadas e suporte multiprofissional são fundamentais para promover avanços significativos no desenvolvimento acadêmico e social desses estudantes (Schwartzman, 2020; Silva & Andrade, 2022; Gomes et al., 2021). Contudo, apesar dessas evidências, muitas instituições ainda apresentam dificuldades na operacionalização de práticas inclusivas efetivas, o que evidencia a distância entre as diretrizes legais e a realidade educacional.

Atualmente, no município de Araguaína – TO, que se configura como um importante polo educacional, observa-se aumento expressivo no número de estudantes com laudos relacionados a TDAH, TEA e outras condições que demandam

suporte pedagógico específico. Nesse cenário, torna-se fundamental compreender como as instituições de ensino têm estruturado seus planos de ação para garantir a inclusão educacional desses estudantes, identificando práticas existentes, desafios e oportunidades de melhoria.

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo analisar como instituições de ensino públicas e privadas de Araguaína estruturam seus planos de ação voltados à inclusão educacional de alunos com TDAH, TEA e outras alterações cognitivas e/ou relacionais, com o intuito de identificar boas práticas, dificuldades enfrentadas e possibilidades de aprimoramento. Em síntese, busca-se contribuir para o fortalecimento de estratégias educacionais inclusivas baseadas em evidências científicas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Educação Inclusiva e Políticas Públicas

Em primeiro lugar, a educação inclusiva fundamenta-se no princípio de que todos os estudantes devem ter acesso a oportunidades educacionais equitativas, respeitando suas singularidades e necessidades específicas. De acordo com a legislação brasileira, especialmente a Lei nº 14.254/2021, é assegurado o acompanhamento integral para educandos com dislexia, TDAH e outros transtornos de aprendizagem (Brasil, 2021). Entretanto, embora existam avanços legais significativos, estudos demonstram que a implementação dessas políticas ainda apresenta inconsistências e varia conforme as condições locais e a capacidade de adaptação das redes de ensino (Pletsch, 2014).

Além disso, a efetivação da inclusão depende de mudanças nas práticas pedagógicas, curriculares e avaliativas, bem como do fortalecimento da formação continuada dos professores. Com efeito, a literatura aponta que a falta de clareza na identificação das necessidades educacionais especiais e a insuficiência de recursos podem comprometer o desenvolvimento acadêmico desses estudantes (Pletsch, 2014).

Transtorno do Espectro Autista e Implicações Educacionais

Em seguida, destaca-se o Transtorno do Espectro Autista, caracterizado por desafios persistentes na comunicação social, interesses restritos e padrões comportamentais repetitivos, sendo considerado um transtorno do neurodesenvolvimento com manifestações precoces (Associação Psiquiátrica

Americana, 2022). Ademais, a intensidade dos sintomas e as necessidades de suporte variam entre os indivíduos, o que exige abordagens educacionais individualizadas.

De acordo com a literatura, o aumento da prevalência de diagnósticos de TEA está relacionado à ampliação dos critérios diagnósticos e ao maior reconhecimento do transtorno (Montenegro et al., 2018). Além disso, é comum a presença de comorbidades, incluindo transtornos de linguagem e dificuldades de interação social, que impactam diretamente o processo de aprendizagem (Bernier, Dawson & Nigg, 2021). Assim, torna-se evidente a necessidade de estratégias pedagógicas adaptadas e de ambientes educacionais que favoreçam o desenvolvimento integral do estudante.

Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade no Contexto Escolar

Do mesmo modo, o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade caracteriza-se por desatenção, impulsividade e hiperatividade, fatores que podem comprometer a organização, o foco e a regulação do comportamento no ambiente escolar. Segundo estudos, aproximadamente metade das crianças com TEA apresenta sintomas significativos de TDAH, o que evidencia a inter-relação entre os transtornos e seus impactos no desempenho acadêmico (Bernier, Dawson & Nigg, 2021).

Por consequência, as dificuldades de concentração e controle comportamental podem limitar a aquisição e retenção de conteúdos, bem como afetar a interação social e a participação em atividades escolares. Dessa forma, a adoção de práticas pedagógicas diferenciadas e suporte especializado torna-se essencial para garantir o desenvolvimento educacional desses estudantes (Jesus Lima et al., 2024).

Desafios da Implementação da Inclusão Educacional

Por fim, embora a legislação assegure o direito à inclusão, a literatura evidencia barreiras na implementação efetiva das políticas educacionais inclusivas. Entre os principais desafios destacam-se a formação insuficiente dos professores, a carência de recursos e a necessidade de flexibilização curricular (Jesus Lima et al., 2024).

Além disso, estudos apontam que as redes de ensino apresentam grande diversidade de estratégias e níveis de implementação das políticas de inclusão, refletindo diferenças regionais e institucionais (Pletsch, 2014). Assim sendo, a análise das práticas adotadas pelas instituições torna-se fundamental para identificar experiências exitosas e subsidiar a construção de planos de ação baseados em evidências científicas.

Em síntese, compreender a realidade das instituições de ensino e suas estratégias de inclusão constitui etapa essencial para o aprimoramento das práticas pedagógicas e para a promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva.

METODOLOGIA

A presente investigação caracteriza-se como uma abordagem quali-quantitativa, com abordagem descritiva e exploratória, desenvolvida por meio de levantamento do tipo (survey), voltado à análise das práticas de inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e outras alterações cognitivas relacionadas.

O estudo foi realizado no município de Araguaína-TO, abrangendo o período de coleta de dados entre o segundo semestre de 2025 e o primeiro semestre de 2026. A população da pesquisa foi composta por instituições de ensino que desenvolvem práticas inclusivas voltadas aos estudantes neurodivergentes.

A amostra foi composta por 13 profissionais (n=13) atuantes em sete instituições de ensino selecionadas por critério de conveniência e representatividade administrativa, a saber: uma unidade federal (Federal Y), uma estadual (Estadual W), uma municipal (Municipal Z) e quatro instituições da rede privada (Privadas A, B, C e D). O grupo de participantes foi estratificado em sete coordenadores pedagógicos, quatro profissionais diretamente envolvidos no acompanhamento educacional e dois gestores escolares, garantindo a pluralidade de perspectivas sobre o objeto de estudo em diferentes esferas administrativas.

Para a coleta de dados, foram utilizados questionários estruturados (Questionário Unificado PROBIC), roteiros de entrevistas semiestruturadas e formulários de observação técnica destinados ao mapeamento da infraestrutura física e psicopedagógica das instituições. Os instrumentos abordaram aspectos relacionados à existência e aplicação do Plano de Ensino Individualizado (PEI), formação do docente pela instituição, presença de mediadores especializados, adaptações curriculares e estruturais, suporte multiprofissional e percepção de eficácia das práticas inclusivas.

Os procedimentos metodológicos foram realizados em três etapas. Inicialmente, efetuou-se levantamento bibliográfico acerca das teorias e políticas públicas relacionadas à educação inclusiva. Em seguida, foram realizadas visitas técnicas às instituições para aplicação dos formulários, entrevistas com os responsáveis pedagógicos e observação direta das práticas institucionais e da estrutura física disponível para inclusão escolar. Por fim, os dados coletados foram

organizados em matrizes comparativas e indicadores de análise para melhor compreensão. Os dados quantitativos foram tratados por meio de análise descritiva e organização em tabelas e gráficos comparativos. Já os dados qualitativos foram submetidos à análise de conteúdo e comparação sistemática com a literatura especializada, utilizando como principais referenciais teóricos os estudos de Mantoan (2015), Bosa (2006) e Glat (2007). Os indicadores de eficácia das estratégias inclusivas foram categorizados em escala ordinal ("Eficaz", "Parcialmente Eficiente" e "Pouco Eficiente"), considerando a percepção dos coordenadores pedagógicos, os recursos institucionais disponíveis e os dados observados durante as visitas técnicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A investigação abrangeu sete instituições de ensino de Araguaína-TO, de diferentes esferas administrativas de ensino (federal, estadual, municipal e rede privada), o que permitiu uma análise comparativa acerca da eficácia de inclusão para alunos neurodivergentes.

Mapeamento e Infraestutura

Os dados da pesquisa revelaram que 100% das instituições de ensino pesquisadas possuem o Plano de Ensino Individualizado (PEI) como artifício norteador. Em contrapartida, observou-se uma dualidade entre a formalização documental e a execução prática. Enquanto instituições de longa trajetória e tradição de ensino inclusivo apresentam processos de suporte emocional docente consolidados, unidades mais recentes ou de grande porte relatam dificuldades operacionais severas devido à relação aluno-professor e à carência de mediadores especializados.

Desafios Operacionais e Percepção de Eficácia

Conforme foi evidenciado na Figura 1, a eficácia das estratégias foi classificada de forma frequente como "parcialmente eficiente", onde os principais obstáculos encontrados foram:

Formação Docente: a lacuna existente entre a formação teórica e o manejo comportamental dos alunos em sala de aula;

Barreiras Físicas: ausência de salas de descompressão em 85% das unidades privadas analisadas.

Integração Multidisciplinar: dificuldade de comunicação entre a escola e os terapeutas externos, validando as críticas de Bosa (2006) sobre a frangmentação do cuidado.

Impacto Social e Autonomia

Apesar dos entraves pedagógicos, os resultados qualitativos indicam avanços significativos em relação à autonomia e ao comportamento dos alunos. A convivência inclusiva promoveu um aumento da tolerância e empatia na comunidade escolar com um todo, corrobora achados de Mantoan (2015) de que a inclusão beneficia não apenas o aluno laudado, mas também toda a esfera escolar.

Figura 1: Comparativo de estratégias e percepção de eficácia da inclusão em sete unidades escolares anônimas.

Instituição (ID)	Esfera Administrativa	Estratégias Identificadas	Desafios Operacionais	Eficácia Percebida
Privada A	Particular	Monitoria e PEI formal	Carência de especialistas	Pouco Eficiente
Privada B	Particular (S)	Apoio docente e combate ao bullying	Gestão de novos diagnósticos	Eficaz (Social)
Privada C	Particular	Turmas reduzidas e psicopedagogia	Falta de sala de descompressão	Parcialmente Eficiente
Federal Y	Federal	Adaptação técnica e laboratorial	Transição para o mercado	Elevada (Autonomia)
Estadual W	Estadual	Salas de Recursos Multifuncionais	Turmas numerosas	Parcialmente Eficiente
Municipal Z	Municipal	Vínculo com centro de apoio (CAEE)	Rotatividade de profissionais	Pouco Eficiente
Privada D	Particular	Psicologia escolar e relação parental	Sustentabilidade do atendimento	Eficaz (Acolhimento)

Fonte: Dados da pesquisa PROBIC, 2025/2026.

Figura 2: Indicadores de inclusão escolar e percepção de eficácia.

Instituição/ Rede	Perfil de Alunos (TEA/ TDAH)	Principais Estratégias	Eficácia Percebida
Privada A	> 10 alunos com TEA; longa experiência.	Monitoria e Plano de Inclusão formal.	Pouco Eficiente (devido à falta de especialistas).
Privada B	29 alunos laudados (19 TDAH / 5 TEA).	PEI rigoroso e combate ao bullying.	Eficaz na socialização e tolerância escolar.
Privada C	14 alunos (diagnósticos mistos: TEA, Down, TOD).	Turmas reduzidas (máx. 20) e suporte psicopedagógico.	Parcialmente Eficiente (falta infraestrutura de AEE).
Federal Y	Alunos de Ensino Médio e Superior.	Adaptação de laboratórios e foco em autonomia profissional.	Focada na transição para o mercado de trabalho.
Estadual W	Alta demanda em turmas numerosas.	Salas de Recursos Multifuncionais e mediadores.	Dependente de formação continuada do Estado.
Municipal Z	Foco no Ensino Fundamental I e II.	Intervenção precoce e vínculo com o CAEE.	Prejudicada pela rotatividade de mediadores.
Privada D	Perfis variados com suporte personalizado.	Psicologia escolar intensa e relação próxima com pais.	Eficácia vinculada ao suporte psicopedagógico.

Fonte: Dados da pesquisa PROBIC, 2025/2026.

A análise dos dados indica que a inclusão de alunos neurodivergentes na cidade de Araguaína é institucionalmente garantida, porém operacionalmente carente. Todas as instituições relataram possuir PEI formalizado, embora sem garantia de plena conformidade com todas as exigências legais. Na *Federal Y*, os resultados direcionam para uma inclusão voltada à autonomia técnica, enquanto nas unidades *Privada A* e *Municipal Z,* observa-se uma eficácia reduzida devido a desafios na contratação de especialistas e na rotatividade de mediadores.

Estes achados corroboram achados de Mantoan (2015), indicando que o processo de inclusão exige uma mudança na cultura escolar e não apenas a aceitação da matrícula. A lacuna na comunicação multidisciplinar observada principalmente nas unidades privadas reforça as críticas de Bosa (2006) sobre a necessidade de integração entre as áreas da saúde e educação. Distante do cenário geral apontado por Glat (2007), a

problemática local não é a ausência de planos, mas a sustentabilidade operacional destas estratégias no cotidiano escolar.

CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo mapear e analisar as estratégias de inclusão escolar para alunos com TEA e TDAH em sete instituições de ensino em Araguaína-TO. Baseando-se nos dados coletados, considera-se que o objetivo da pesquisa foi plenamente almejado, permitindo uma visão comparativa entre as esferas de ensino federal, estadual, municipal e privada.

Os dados levantados indicam que a inclusão no município encontra-se em um estágio de transição, onde embora 100% das escolas cumpram os requisitos legais e documentais, como a implementação do Plano de Ensino Individualizado, a efetividade prática é heterogênea. Unidades de ensino como a *Federal Y* e a *Privada B* demonstram maior sucesso em relação à promoção da autonomia e socialização. Em contrapartida, a *Estadual W* e a *Municipal Z* enfrentam entraves operacionais devido ao rácio elevado de alunos por turma e à rotatividade dos profissionais de apoio.

A principal contribuição deste estudo reside na identificação de que o empecilho da inclusão local não diz respeito a ausência de diretrizes pedagógicas, mas sim no que tange à sustentabilidade operacional e formação prática dos docentes regentes. Estes achados podem ser aplicados na formulação de políticas públicas locais e no planejamento de capacitações institucionais que priorizem o manejo comportamental em sala de aula. Por fim, sugere-se a investigação do impacto da formação continuada específica sobre a percepção de autoeficácia dos professores como também a análise longitudinal do desempenho acadêmico desses alunos sob a vigência do PEI para trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO PSIQUIÁTRICA AMERICANA. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais:** DSM-5-TR. Washington, DC: APA Publishing, 2022. Disponível em: https://www.psychiatry.org/patients-families/autism/what-is-autism-spectrum-disorder. Acesso em: 11 maio 2025.

BERNIER, Raphael A.; DAWSON, Geraldine; NIGG, Joel T. **O que a ciência nos diz sobre o transtorno do espectro autista:** fazendo as escolhas certas para o seu filho. Porto Alegre: ArtMed, 2021. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786558820215/. Acesso em: 12 maio 2025.

BOSA, Cleonice Alves. Autismo: intervenções psicoeducacionais. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 28, p. s47-s53, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbp/a/FPHKndGWRRYPFvQTcBwGHNn/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 13 de maio de 2026.

BRASIL. **Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021.** Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia, TDAH ou outro transtorno de aprendizagem. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 1 dez. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14254.htm. Acesso em: 12 maio 2025.

GLAT, Rosana; PLETSCH, Márcia Denise. **Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais**. Rio de Janeiro: Editora Uerj, 2007. Disponível em: https://gedh-uerj.pro.br/documentos/a-inclusao-escolar-de-alunos-com-necessidades-educacionais-especiais-deficiencia-fisica/. Acesso em: 13 de maio de 2026.

GOMES, C. R. et al. Metodologias ativas e desenvolvimento acadêmico: desafios na inclusão escolar. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, e234567, p. 1–18, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/. Acesso em: 2 set. 2026.

JESUS LIMA, E. L.; XAVIER VELOSO, G. M.; ALVES ESCOBAR RIBEIRO PAES, D. Desafios da inclusão escolar para alunos com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 12, n. 3, p. 1–13, 2024. Disponível em: https://revista.unipacto.com.br/index.php/multidisciplinar/article/view/3309. Acesso em: 10 maio 2025.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar:** O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2015. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf. Acesso em: 13 de maio de 2026.

MONTENEGRO, Maria A.; CELERI, Eloisa Helena R. V.; CASELLA, Erasmo B. **Transtorno do Espectro Autista – TEA: Manual prático de diagnóstico e tratamento.** Rio de Janeiro: Thieme Revinter, 2018. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788554650827/. Acesso em: 12 maio 2025.

PLETSCH, Márcia Denise. Educação especial e inclusão escolar: políticas, práticas curriculares e processos de ensino e aprendizagem. **Poíesis Pedagógica**, Catalão, v. 12, n. 1, p. 7–26, 2014. Disponível em: https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/poiesis/article/view/31204. Acesso em: 11 maio 2025.

SCHWARTZMAN, S. **A educação superior no Brasil**. São Paulo: Editora USP, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/. Acesso em: 2 set. 2026.

SILVA, A. M.; ANDRADE, B. C. Práticas inclusivas e o suporte multiprofissional na educação contemporânea. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 28, e0123, p. 1–16, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbee/. Acesso em: 2 set. 2026.